

DOM WASHINGTON CRUZ, CP
Arcebispo Metropolitano de Goiânia

**TRANSFORMAR AS ESPADAS
EM ARADOS!
CAMINHOS PASTORAIS**

Goiânia, GO
2007

Aos irmãos e irmãs,

1. A V Conferência do Conselho do Episcopado Latino-americano e do Caribe realizada no primeiro semestre deste ano, em Aparecida, foi um marco auspicioso para a Igreja. Dela vieram luzes pastorais que nos ajudam a firmar os passos no caminho de uma evangelização renovada em seus intentos, métodos e, principalmente, em seu vigor. Entre essas orientações firmes e abençoadas perpassa a necessidade de um aprofundamento da experiência de ser discípulo e missionário de Cristo. A festa litúrgica do Natal, precedida pelo fértil tempo do Advento, nos aproxima do encanto primordial com a Salvação que nos chega por meio de um Menino pobre e indefeso nos arredores de Belém. Ele chega no bojo de uma situação violenta representada pela estrutura social de sua terra e pela falta de acolhimento entre as pessoas. Seu nascimento já é uma mensagem fascinante e esperançosa. Um convite que se repete, a cada ano, para o acolhimento do seu Evangelho da Paz.
2. Aqui na Arquidiocese de Goiânia, temos tido, especialmente nos últimos meses, uma séria preocupação com o crescimento da violência nas cidades. Essa realidade pede de nós uma resposta na ação e na reflexão. No mês de outubro nos mobilizamos em eventos

arquidiocesanos pela Paz e contra a Violência. Agora, chegou o momento de uma meditação pastoral. Dirijo a você, à sua família e sua comunidade uma palavra que pode nos ajudar a voltar nossos olhos para a esperança que nos anima como discípulos e para a missão que nos é dada diante da realidade de violência que nos atinge. Proponho que olhemos para o alto e observemos na Palavra de Deus a força que nos move a **“transformar espadas em arados”**. Que olhemos para a crueza da violência de forma que possamos compreender melhor suas causas e suas particulares características e, claro, que olhemos para frente no sentido de vislumbrar os desafios que, com a força da fé, somos convocados a enfrentar.

1. UM OLHAR PARA O ALTO

3. No primeiro Domingo do Advento, **começamos a preparação para o Natal** com a narração do sonho do profeta Isaías. Esse profeta, contemplando o futuro à luz do plano de Deus, narra a esperança de um mundo reconciliado em que as armas se convertem em instrumentos de trabalho, a serviço do progresso e da paz: **“Transformarão suas espadas em arados e suas lanças em foices”**. Isaías sonhava esse mundo novo como fruto da adesão dos povos ao projeto de Deus: **“A ele acorrerão todas as nações, para que ele nos ensine os seus caminhos”** (cf. Is 2,1-5).
4. A grande festa do Natal de Jesus Cristo **faz parte da nossa cultura** e lhe dá o enlevo da alegria, da comu-

nhão e da solidariedade. Cada Natal retoma e fundamenta o sonho de um mundo novo. Os votos, os presentes, os cantos e os símbolos do Natal anunciam uma situação humana e social que corresponda às expectativas profundas das pessoas: **a paz alicerçada na justiça; a vida iluminada pela esperança; a união familiar; a atenção e a dedicação aos outros; a fraternidade e a acolhida recíproca; o encanto e a maravilha escondidos na vida e no mundo.**

5. Precisamos sonhar para viver com esperança, sentido e empenho. Sem sonho, a vida é cinzenta, não tem horizonte nem encanto. O sonho leva a definir um ideal e estimula o compromisso com uma situação melhor. **Sonhar não é fugir da realidade;** é, antes, acreditar e colaborar para que se torne diferente. É vislumbrar um mundo melhor e comprometer-se com esse mundo.

6. Valerá a pena sonhar o que não existe? **A utopia do Natal é fundamentada na promessa de Deus.** Ele enviou o seu Filho como manifestação de sua bondade. Jesus, habitando no meio de nós, veio tornar possível a realização desse desígnio divino. Ele é a imagem de um homem novo e princípio de uma nova humanidade. Anunciou e deu início ao Reino de Deus que é uma nova situação de paz e fraternidade, verdade e santidade. Enviou-nos o seu Espírito como promessa de uma nova terra e um novo céu onde habita a justiça. Num mundo frio e vazio, onde cada um vive para os seus interesses pessoais, o Natal é um convite a culti-

var o projeto de um mundo novo que o Menino do presépio significa. Com o seu nascimento, **brilhou uma luz para o povo que andava nas trevas e se manifestou a graça de Deus, nosso Salvador.** Jesus, ao nascer, trouxe ao mundo o presente mais precioso: a revelação de que cada homem é, pela criação, imagem de Deus; é participante da dignidade divina de forma tão profunda que Deus considera feito a Si mesmo, o que se faz a qualquer homem; e é amado pessoalmente por Deus como ser único e irrepetível: a cada homem Deus diz, como ao Seu Filho, eis o meu filho amado, em quem me comprazo.

7. Em cada vida humana há, pois, **uma dignidade inviolável** que acompanha o homem em todo o processo da vida. Dignidade que ninguém pode recusar e de que o homem nunca pode ser espoliado. **Dignidade que não é dada pelas leis do Estado**, embora estas sejam importantes para o seu reconhecimento e tutela. Dignidade que tantas vezes não conseguimos apreciar nem em nós nem nos outros, na sua total profundidade.

8. A Igreja deve anunciar e manter viva esta visão. Desejo que a estação do Natal, tão cristã e tão humana, aliamente o nosso sonho de um tempo novo, fundamentado na promessa de Deus. Que esta promessa revigore a nossa esperança e nos oriente no compromisso de colaborar na construção do reino de Deus. Todos podemos dar um pequeno contributo e acender uma pequena luz para tornar realidade o sonho de Natal.

9. Neste Natal, convido todos a aproximar-se, sem medo, do presépio e a descobrir no Menino, Deus feito homem, o encanto, o mistério, o tesouro da vida: da minha vida e da vida de cada homem, mesmo que pareça em total desmoroamento. A Campanha da Fraternidade do próximo ano tratará exatamente desse quadro de perplexidade em que nos encontramos e do mistério da vida a ser defendida. E um dos acentos mais fortes na Campanha será a necessidade de um profundo discernimento de quem tem fé. Um discernimento que poderá infundir coragem para o enfrentamento dos desafios vindos da realidade da violência e uma oportunidade de experimentar a renovação do compromisso com a vida plena. Um discernimento que tem início com uma constatação ampla, séria e fundamental: “a principal causa de violência nas grandes cidades é a não-acolhida da pessoa, quer do ponto de vista material e econômico, quer do ponto de vista afetivo e psicológico. Não se sentindo acolhida, a pessoa responde de modo violento à sociedade que não a acolhe” (CF 2008, n.225).
10. O discernimento sobre a violência precisa começar, permanecer e se fundar numa experiência de fé real e sincera com Jesus, o Menino de Belém, pois é de nossa fé em Cristo que “nasce também a solidariedade como atitude permanente de encontro, irmandade e serviço. Ela há de se manifestar em opções e gestos visíveis, principalmente na defesa da vida e dos direitos dos mais vulneráveis e excluídos e no permanente acompanhamento em seus esforços por serem sujeitos de mudan-

ça e de transformação de sua situação” (Documento de Aparecida, n. 394).

11. O discernimento que brotar de uma legítima experiência de fé vai trazer consigo uma profunda disposição em ouvir o Espírito Santo. O Espírito que a tudo assiste e a tudo ilumina. “O Espírito dá o dom do discernimento. Por aí se percebe o grande desafio da humanidade: saber discernir entre os conhecimentos que se conjugam com a sabedoria de vida e os conhecimentos que desviam desta sabedoria, colocando-se a serviço da morte. Desenvolver a capacidade de discernir se torna hoje uma necessidade fundamental diante dos paradoxos encontrados” (CF 2008, n. 196).

2. UM OLHAR PARA A REALIDADE DA VIOLÊNCIA

12. Não tenhamos ilusões. Qualquer reflexão que queiramos fazer para compreender o que está ocorrendo ou mesmo qualquer propósito de mudança diante do quadro da violência generalizada, tanto no sentido de achar caminhos para a redução da criminalidade quanto para atenuar o sofrimento da população, devem ser feitos com a certeza de que as soluções passam forçosamente pela necessidade de um desenvolvimento social mais robusto e pela promoção de uma economia mais solidária. O modelo de sociedade seguido pelo Brasil só tem aumentado a concentração das riquezas e aumentado, de forma escandalosa, a iniquidade que pode ser a principal causa da violência.

13. Em tempos de globalização nos quais se propaga a idéia de que somos todos filhos de uma nova e forte civilização da tecnologia avançada e do conforto, não podemos nos esquecer que a maior parte da humanidade não tem sequer as condições mínimas e dignas para viver. A doença, a miséria e as guerras destroem comunidades enormes na África e na Ásia. E a América Latina tem a triste fama de ser o lugar onde se verificam as maiores desigualdades sociais e econômicas do planeta. O Brasil, ainda que se admita que possam existir sinais de transformação, continua sendo um país profundamente desigual e ícone da injustiça social. As dívidas do Estado e dos governos para com o povo não foram sequer negociadas, e continuamos a padecer de gravíssimas carências de infra-estrutura e de distribuição de renda.

14. A violência contra os pobres é consideravelmente mais evidenciada nos levantamentos sobre crimes, em quase todos os lugares do país. A pobreza retira das pessoas as chances de formação, de conservação da saúde física e psicológica e, conseqüentemente, de emprego. Uma pessoa desprovida das condições básicas para morar, se alimentar e trabalhar torna-se, potencialmente, candidata a sofrer novas violências que chegam por conta do desespero, da busca pela sobrevivência e do vazio do abandono. A Pastoral Carcerária da Arquidiocese nos apresenta uma reflexão amadurecida a ponto de considerar que, na verdade, a pobreza é a plataforma de incriminação; os pobres são sujeitos mais fáceis de ser incriminados. Os cárceres hoje não

estão sendo povoados somente por pessoas que praticam crimes, mas por pessoas que são escolhidas. Nem toda pessoa que pratica uma ação definida como crime será identificada como criminosa. São selecionadas algumas pessoas, que praticam algumas condutas previstas como crime no nosso ordenamento jurídico, para ser criminalizadas, sendo que normalmente essa seleção atinge as pessoas mais vulneráveis, ou seja, os pobres.

15. Um outro fator que se encontra nos fundamentos da situação atual é aquele representado pela ideologia de que só se combate a violência com a punição. A impunidade, certamente, agrava o quadro dos crimes, mas imaginar que a ênfase demasiada na repressão possa ser garantia de eficácia é um equívoco. Há suspeitas, formuladas por estudiosos do problema, de que a ação concentrada na repressão acaba criando uma vulnerabilidade ainda maior para a própria população, além de colocar os serviços de patrulha e de polícia no alvo da retaliação dos criminosos. O devido empenho em reprimir o crime não pode esgotar uma política de segurança que seja capaz de favorecer também a cautelosa construção de uma rede de relações nas comunidades que possa prevenir a violência. A Pastoral Carcerária afirma que, de acordo com estudos entre 1995 e 2005, foi registrado um crescimento de 260% nos investimentos em Segurança Pública no Brasil. Em 2005, todos os estados, mais o Distrito Federal, gastaram, juntos, 27 bilhões de reais. O estado que mais investe em segurança, per capita, é o Rio

de Janeiro. Porém, todo esse investimento produz pouco resultado. Em 2006, foram registrados 6.323 homicídios no Rio de Janeiro, sendo que 1.063 pessoas morreram pela ação da polícia. Diariamente acompanhamos na mídia atos de violência praticados pelo Estado; pessoas morrem na fila aguardando atendimento médico, corrupção no meio político, ação violenta da polícia e pessoas desaparecidas após a abordagem policial. Porém, o fantasma da impunidade paira sobre esses fatos criminosos.

16. O tráfico de drogas, a desestruturação das famílias e a falta de políticas públicas que possam fixar as pessoas nas comunidades com base na confiança e no exercício da cidadania podem estar entre as razões que conservam esse quadro assustador no qual se vê seqüência de assassinatos, ameaças, roubos e outros atentados à paz das famílias. Falou-se muito, nos ambientes em que se discute segurança pública, que a melhor saída seria adotar um sistema geral que envolvesse todas as forças do Estado numa operação permanente de “tolerância zero”. Nesse tipo de argumento, importado de grandes metrópoles de países ricos, aplica-se o princípio de que qualquer pessoa deve ser capturada pelo menor crime cometido para se fazer entender que o Estado não aceita crime algum. Agindo dessa forma, acreditava-se que os pequenos crimes seriam reduzidos, como também os de maior gravidade. A aplicação do princípio de encarceramento para qualquer delito, de alguma forma, superlota o sistema penitenciário e inviabiliza muitos projetos de reeducação.

17. Quando se estuda essa realidade brasileira, é imperativo considerar que precisamos de uma profunda reforma nas políticas públicas, já que a questão de Segurança Pública não pode ser tratada de forma isolada. Ela deve ser entendida como um verdadeiro sistema de vasos comunicantes, e fundamentada em quatro pontos: Justiça Social; Sistema Policial; Sistema Judiciário e Sistema Penitenciário. As recentes propostas do governo, que prometeu investir mais de 6 bilhões de reais contra o crime (*O Popular*, 21 de agosto de 2007) com o programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), podem ser ineficazes se não houver investimento na Educação e no Poder Judiciário simultaneamente. Caso isso não aconteça, o novo programa será, já antes de ser implantado, condenado ao fracasso.
18. Nossa Pastoral Carcerária nos informa que existe uma realidade merecedora de reflexão: a Organização das Nações Unidas preconiza 7 juízes para cada grupo de 100 mil habitantes. Aqui em Goiás e no entorno a situação é alarmante. Em Águas Lindas de Goiás, por exemplo, com 132.203 habitantes, há 2 juízes e 2 promotores atuando e 31.676 processos em curso (*O Popular*, 7 de outubro de 2007). Deve-se considerar, ainda, que o nosso ordenamento jurídico é lento, burocrático e arcaico neste mundo digitalizado de hoje. E os casos de corrupção praticados por magistrados, recentemente divulgados, mostram, infelizmente, também uma grande vulnerabilidade do meio desses profissionais. Uma tendência bem positiva do Poder Judiciário ao responder à crescente violência são as pri-

meiras tentativas da chamada Justiça Restaurativa. Aqui em Goiás, há um projeto piloto no entorno de Brasília, em Gama e Ceilândia. A Justiça Restaurativa é um novo modelo na gestão de conflitos usando um conceito realístico de crime: ato que traumatiza a vítima e afeta a comunidade. A sua proposta é facilitar a comunicação entre vítima e ofensor, permitindo àquela expressar-se acerca do impacto do crime em sua vida e ouvir respostas às questões que eventualmente levante. Busca-se estimular no ofensor a percepção do real impacto humano de seu comportamento, levando-o à auto-responsabilização. É um processo de diálogo capaz de transformar uma relação marcando-a pelo diálogo, com o objetivo de comprometer a todos os envolvidos com a responsabilização, a reparação de danos, o fortalecimento de laços comunitários e a prevenção de futuros conflitos. Até agora os resultados são surpreendentemente positivos e satisfatórios.

19. Há pessoas que percebem e apresentam propostas por meio dos movimentos sociais organizados, especialmente aqueles ligados à defesa dos Direitos Humanos. Mas essas pessoas, por razões políticas, não são sempre ouvidas. Quase sempre suas contribuições são levemente consideradas como defesa da bandidagem. Acolher suas idéias poderia, também, implicar confissão de fraqueza pelos governos. Pior ainda: a participação de movimentos sociais numa luta tão delicada como a do combate à violência pode não render votos e esse critério tem colocado um freio criminoso nos

movimentos da ação administrativa dos governos na área de segurança. A corajosa Pastoral Carcerária nos faz ver que sem a ativa participação da sociedade organizada não há como se alcançar a paz, não há como resolver o grave aumento da violência. Na Colômbia, vimos um exemplo espetacular da sociedade organizada no combate à violência. A Colômbia vive, há décadas, situação de extrema violência. Lá nasceu o projeto ESPERE – das Escolas de Perdão e Reconciliação. O idealizador do projeto é o padre colombiano Leonel Narváez, doutor em Sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra). É um processo que tem o objetivo de ensinar às pessoas o perdão e a reconciliação da mensagem cristã.. Nasce de uma misericórdia em relação a si mesmo. Quem não se perdoa, não se ama, torna-se incapaz de amar e perdoar os outros e, portanto, de vivenciar a experiência da reconciliação. Tudo acontece em grupos pequenos, é um caminho lento, mas profundo. Até pouco tempo o projeto foi aplicado em mais de 60 bairros em Bogotá e a violência diminuiu visivelmente nestes conjuntos habitacionais. No Brasil, os primeiros grupos começaram em Belo Horizonte-MG, em Brasília-DF. Goiânia está com sua terceira turma funcionando. É uma maneira alternativa de responder à crescente violência, sem repressão.

VIOLÊNCIA SELETIVA

20. No cenário geral da violência, é possível detectar uma perversa lógica de seletividade em relação a sexo, raça e idade. A agressão e a morte atingem, com maior fre-

qüência e maior crueldade, negros, mulheres, presos, jovens, crianças e o nascituro. De forma sofisticada, uma névoa cobre as reações da opinião pública através da grande mídia dominante como se a violência fosse um mal que atinge a todos e diante dele a lamúria e a confissão de impotência sejam paliativos recorrentes. Toda a sociedade está contaminada por uma apatia que se expressa na descrença generalizada em relação ao poder público e no medo que encolhe as famílias por detrás das grades de suas próprias casas. Acuadas, as pessoas resistem em reconhecer o desenho realista da violência e os mecanismos que fazem dela flagelo para a parcela da população mais indefesa e frágil.

21. Os números da violência contra a mulher são extremamente consistentes e exigem políticas específicas de atendimento às vítimas e de combate às indignidades a que elas estão submetidas, inclusive dentro do lar. A faixa de idade que mostra o quanto os jovens são violentados, no entanto, ganha um acento particularmente preocupante e causa uma grande indignação. Vidas tenras que sugerem o presente produtivo e o futuro promissor de nossas comunidades são eliminadas com uma fúria espantosa. As mortes de jovens por homicídio é uma chaga aberta em nossa região. A violência difusa ganha uma faceta macabra em privilegiar a eliminação de jovens. Essa seletividade precisa mobilizar os estudiosos, agentes de segurança e a sociedade inteira a descobrir as verdadeiras causas e a encontrar meios de discussão e de envolvimento dos próprios jovens no combate a esse mal.

22. Em Itaiçi, em maio deste ano, nós bispos aprovamos um documento maravilhoso sobre a juventude. Naquele texto, se verifica a grande preocupação da Igreja com a violência praticada contra os jovens: “A violência das grandes cidades atinge particularmente os jovens. Segundo os dados do Ministério da Saúde, em 2002, morreram no Brasil 28 mil jovens de 20 a 24 anos, sendo que 72% destas mortes foram ocasionadas por causas externas. Os jovens do sexo masculino são a maioria dessas vítimas: 18,5 mil mortes, o que corresponde a 80,5% do total”. Nesse Documento, o episcopado brasileiro reconhece dados divulgados pela Organização das Nações Unidas mostrando que nos últimos anos aumentou a taxa de homicídios na população jovem. A violência contra a juventude “está relacionada com o tráfico de drogas que vitima jovens que estão na ponta de distribuição, mas raramente atinge os segmentos que financiam a produção e lucram com este negócio transnacional”. Há ainda outras circunstâncias importantes e que, certamente, têm muito a ver com o caso de nossa região: “Segundo a pesquisa do Projeto Juventude, 52% dos jovens disseram que costumam ingerir bebida alcoólica, 13% fumam, enquanto que 10% declararam que já experimentaram maconha e 3%, cocaína” (Documento da CNBB, Evangelização da Juventude, ns. 259-261).
23. Para confirmar essa realidade, vislumbrada pelos bispos, basta um breve olhar do vasto material que a mídia tem publicado recentemente sobre os casos de assassinatos de jovens em Goiânia e região para se perceber que há, nas raízes deles, além do consumo de drogas,

um complexo encontro de situações que compreende desde brigas entre grupos rivais, passa pelo ócio estéril e chega a complicadíssimas ligações com adultos pervertidos por interesses de exploração. A juventude pobre e desempregada convive com tentações permanentes de propostas para a obtenção de dinheiro em troca da participação em jogos perigosos que incluem delitos, consumo de entorpecentes e prostituição. Dessa tormenta, os jovens saem profundamente marcados pela agressão ou já são levados aos túmulos entre lágrimas de seus pais e amigos.

24. A movimentação pública dos governos e das organizações civis, como também àquela realizada pelas pastoraes que se comprometem com a juventude, tem se confrontado com um quadro arrasador. Os jovens morrem em grande número debaixo das forças que deviam, por natureza, protegê-los. E naquilo que se refere às políticas de Estado, os resultados não são aqueles esperados. A sociedade e a Igreja têm apontado para desafios de grande porte no campo da educação, da cultura, do lazer e do emprego para que os jovens encontrem uma alternativa às práticas que levam à marginalidade.
25. E a violência não se encerra nessa situação. Ainda que a ocorrência de interrupção de gravidez por deliberada disposição de eliminar vidas tenha características que transcendem as fronteiras da análise da violência bruta das ruas, a agressão ao nascituro é uma das terríveis faces da violência cometida contra os pequenos e fracos. E não se trata de apenas uma opinião, é um fato

indiscutível. Um fato que merece, urgentemente, ser ainda mais considerado no contexto da violência que nos achaca e nos diminui. Ideologias pseudolibertárias de autonomia e de lucidez na saúde pública encobrem um crime que brada aos céus. As estatísticas sobre a prática do aborto criminoso tingem de cores muito fortes a cena já tão trágica da violência no Brasil.

26. Em torno da sagrada figura da vida do nascituro tem se formado um debate desrespeitoso. Na ênfase dada aos direitos da mulher e às soluções de saúde com vistas na segurança de procedimentos cirúrgicos, coloca-se a vida humana do feto na posição de apenas um objeto causador de problemas. A defesa do aborto se associou à defesa de sua legalidade e a violência dessa prática não tem merecido o devido tratamento por parte daqueles que se apresentam como legítimos protagonistas da reflexão sobre o problema. Falta, infelizmente, um convencimento absoluto de que a vida humana se inicia com a concepção e que a partir desse instante de graça todos os cuidados devem preservá-la.
27. A defesa da vida humana, se não for um gesto radical e pleno, será apenas um disfarce político. A violência que nos assombra ao nos roubar os filhos jovens das famílias de nossa região traz-nos a mesma dor ao se manifestar com o mesmo horror sobre aqueles que aguardam o nascimento no ventre de suas mães. Violar o ciclo da formação de uma vida humana, muito além de toda polêmica, é um cristalino gesto de violência e como todos os outros gestos de violência deve merecer de todo cristão rejeição

firme e completa. A vida da mãe e do nascituro deve ser protegida com toda a determinação pela sociedade, garantida pelo Estado e, claro, sustentada e animada pelas comunidades de fé. Há que se renovar a profissão de fé numa intransigente defesa da vida. Não há circunstância que possa minimizar o valor da vida humana.

3. UM OLHAR PARA FRENTE

28. O contrário da violência é a paz que, por sua vez, é fruto da justiça e do amor. Hoje em dia, há riscos na compreensão da paz como se esse dom fosse um sonho etéreo, que não contemplasse as regras elementares da realidade sempre movida pelo crescimento, pelo confronto e pelos resultados de investigações cheias de energia. Diante da realidade de violência bruta, um apelo pela paz pode soar, até mesmo, como uma válvula de escape espiritualista, desprovida de senso dos problemas que a produzem e distante do compromisso com as lutas que podem eliminar as suas verdadeiras causas.
29. A paz que pedimos não é apenas um paliativo contra a violência e nem somente um consolo para quem tem fé. A paz que buscamos é a paz de Jesus Cristo, a síntese definitiva de um novo modo de ser e de viver: “Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz. Não é à maneira do mundo que eu a dou” (Jo 14,27). Aquela paz que empolgou a pregação de São Paulo ao proclamar de forma clara a sua vivência: “Ora, a aspiração da carne é a morte, enquanto a aspiração do Espírito é a vida e a paz” (Rm 8,6). A paz que vem de Deus e de uma vida

inteira pautada pelos valores inspirados por Deus: “O fruto do Espírito é caridade, alegria, paz, longanimidade, afabilidade, bondade, fidelidade, mansidão, continência” (Gl 5,22). Portanto, não pedimos um alento provisório e nem tampouco somente uma trégua dos atos de violência. Queremos muito mais! Queremos uma transformação imensa para que possamos prestar a devida reverência ao “Deus da paz” (Rm 15,32).

30. O combate à violência, definitivamente, só será eficaz com uma reeducação que nos leve a criar, fortalecer e compartilhar uma cultura de paz. O saudoso João Paulo II, ao recordar os ensinamentos de João XXIII, insistia a respeito das condições essenciais para a promoção de uma cultura de paz, lembrando as “quatro exigências concretas da alma humana: a verdade, a justiça, o amor e a liberdade”. Dizia ele, “A verdade, será o fundamento da paz se cada indivíduo honestamente tomar consciência, não só dos próprios direitos, mas também dos seus deveres para com os outros. A justiça edificará a paz, se cada um respeitar concretamente os direitos alheios e esforçar-se por cumprir plenamente os próprios deveres para com os demais. O amor será fermento de paz se as pessoas sentirem como próprias as necessidades dos outros e partilharem com eles o que possuem, a começar pelos valores do espírito. Finalmente, a liberdade alimentará e fará frutificar a paz, se os indivíduos, na escolha dos meios para alcançá-la, seguirem a razão e assumirem corajosamente a responsabilidade dos próprios atos” (Mensagem para o Dia Mundial da Paz, 2003).

31. O cristão é chamado a ser promotor dessa cultura e por meio dela transformar esse ambiente que nos cerca e tanto pranto leva às famílias de nossas comunidades. O batizado é, por vocação, promotor da paz. A bem-aventurança da paz precisa ser reafirmada com muita oração e no resgate de compromissos concretos para enfrentar a violência contra os fracos, especialmente contra os jovens. E a promoção da paz pode recolocar a força da juventude no coração da Igreja missionária. O Papa Bento XVI, em São Pulo, clamava aos jovens: “Vós sois o presente jovem da Igreja e da humanidade. Sois seu rosto jovem. A Igreja precisa de vós, como jovens, para manifestar ao mundo o rosto de Jesus Cristo, que se desenha na comunidade cristã” (Encontro com a Juventude, 10 de maio de 2007).

VIDA, PAZ E ESPERANÇA

32. Promoção de uma cultura de paz, especialmente no meio dos jovens, é o caminho de combate à violência que tortura as famílias das comunidades de nossa Igreja Particular. Esse compromisso possibilitará a cada pessoa em particular compreender, preservar e celebrar a vida como dom de Deus. A vida nova que Jesus nos prometeu: “Eu vim para que todos tenham vida” (Jo 10,10). A vida nova que só Ele pode dar é esta vida que nos dá a possibilidade de encontrar a felicidade verdadeira. A vida nova que nos conduz ao Pai. E os meios para nos tornarmos promotores da paz e defensores da vida estão na escuta atenta da Palavra e na participação efetiva nos sacramentos, especialmente na Eucaristia,

na oração pessoal e em família e, claro, na prática permanente da caridade.

33. Os promotores da paz precisam conhecer os mecanismos que produzem a violência entre nós. “Assim, a compreensão das questões relativas à defesa da vida depende não apenas do ensinamento da Igreja, mas também da compreensão das questões científicas envolvidas. Por isso, para um correto discernimento dessas questões, são publicados frequentemente documentos que nascem da reflexão, a partir do ensinamento da Igreja sobre os avanços da ciência. Esses documentos são instrumentos de trabalhos preciosos, que nos permitem perceber que a Igreja é viva e dinâmica, interagindo permanentemente com a realidade que a circunda” (CF 2008, n. 195).

34. Uma vida nova de amor, de paz, de comunhão, de perdão e de alegria. Uma vida nova com defesa intransigente da vida dos jovens, do nascituro e de todos. Esta é a mensagem que desejo levar ao seu coração, ao de sua família e ao coração de sua comunidade. Deixemo-nos envolver pela luz e pela força do Espírito Santo que a tudo assiste e de tudo cuida por meio de corações dóceis. Recorramos ao exemplo de humanidade pacificada e pacificadora presente em Maria. Ela que foi testemunha da violência que arrancou um filho jovem dos seus braços de Mãe, nos ajude a todos a renovarmos nosso compromisso com a vida e na promoção da paz começando nas nossas famílias, onde muitas vezes os primeiros atos de violência são cometidos por falta de respeito perante a vida.

35. Convido a todos, portanto, que vivemos numa cultura cheia de marcas de morte, **a pedir ao Menino do Presépio** a sabedoria e a coragem de criar e multiplicar gestos de bondade, de respeito, de justiça, de verdade, de compreensão, capazes de defender e promover a dignidade humana em todas as circunstâncias e em todas as suas fases, mesmo quando isso parece muito difícil.
36. Não será este **o verdadeiro presente**, que somos chamados a dar em resposta ao presente infinito do Menino do Presépio, em quem Deus Pai nos enche de alegria, de esperança, de bondade, de dignidade divina? Viver o espírito do Natal é acreditar que é possível a regeneração da humanidade. Todo dia podemos começar de novo a ser mais humanos. São estes os votos natalinos, que concretizo com as palavras de S. Paulo: “Ocupai-vos com tudo o que é verdadeiro, nobre, justo, puro, amável, honroso, ou que de qualquer modo mereça louvor” (Fl 4, 8). E o Natal será feliz para todos. Façamos nossa a oração que a Igreja repete de geração em geração: **“Vinde, Senhor Jesus, e não tardeis: perdoai os pecados do vosso povo”!**

Feliz e Santo Natal!

Dom Washington Cruz, CP
Arcebispo Metropolitano de Goiânia

Goiânia, dezembro de 2007, Advento

